

**HABEAS CORPUS Nº 515.077 - SP (2019/0167181-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : AMAURY JORGE FURBRINGER  
**ADVOGADO** : AMAURY JORGE FURBRINGER - SP152094  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDUARDO ANTUNES OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de EDUARDO ANTUNES OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 0001872-26.2016.8.26.0540.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, em primeira instância, pela prática da conduta tipificada no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, inciso III, ambos da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 4 (quatro) anos e 02 (dois) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 416 (quatrocentos e dezesseis) dias-multa, por armazenar, "*para fins de entrega a consumo de terceiros, 03 (três) "tijolos" de maconha, com peso líquido de 1.543g, 02 (dois) "tijolos" de maconha e outras 25 (vinte e cinco) porções de maconha, já embaladas, totalizando 1.141,3g, substâncias entorpecentes e que determinam dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar*" (fl. 26).

Inconformado, apelou o Ministério Público estadual, tendo o Tribunal de origem dado parcial provimento ao recurso para afastar o redutor da pena previsto no § 4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, resultando suas penas em 05 (cinco) anos reclusão, em regime inicial fechado, e 500 (quinhentos) dias-multa.

Neste *writ*, a Defesa requer, liminarmente e no mérito, a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006 e a concessão de regime prisional menos gravoso para o início do cumprimento da pena.

É o relatório inicial.

Passo a decidir o pedido urgente.

De início, não constato ilegalidade patente que enseje a concessão da medida liminar no tocante à aplicação da minorante, prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, diante dos fundamentos lançados pelo acórdão vergastado, *in verbis* (fls.

20-25; sem grifos no original):

*"Nos termos da denúncia, no dia 28 de novembro de 2016, por volta de 18h, na Rua Lima e Silva n.º 19, Vila Independência, Município e Comarca de Mauá, EDUARDO ANTUNES OLIVEIRA tinha em depósito e guardava, para fins de entrega e consumo de terceiros, 2.704,3 g de maconha (5 tijolos e 25 porções embaladas individualmente), substância entorpecente e que causa dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar (fls. 47/48).*

*Na terceira fase, tem razão o Parquet, sobre ser incabível a aplicação do redutor do § 4.º do artigo 33 da Lei de Drogas.*

*Embora primário, a natureza dos petrechos apreendidos em conjunto com as drogas balança digital, marreta e plásticos -, fica flagrante o envolvimento e intimidade do acusado com o tráfico de drogas."*

Observo que o julgado negou a aplicação da causa de diminuição com a justificativa de que o Paciente se **dedicava às atividades criminosas (inserido na atividade ilícita)**, bem como ressaltou a quantidade de droga e os petrechos apreendidos, fundamentos que não se mostram, ao menos em juízo de cognição sumária, desarrazoados ou ilegais, mormente porque:

*"[...] concludo pelas instâncias de origem, com arrimo nos fatos da causa, que o paciente dedicava-se às atividades criminosas, não incide a causa especial de diminuição de pena, porquanto não preenchidos os requisitos previstos no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06. Para concluir em sentido diverso, há necessidade de revolvimento do acervo fático-probatório, providência incabível na via estreita do habeas corpus." (HC 425.408/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe de 11/05/2018.)*

Do mesmo modo, em uma análise preliminar, não verifico ilegalidade quanto à determinação de regime inicial mais gravoso para o cumprimento da reprimenda.

É sabido que, para a fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, deve o julgador observar o disposto no art. 33, §§ 2.º e 3.º, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal. Nos crimes de droga, também deverá ser considerado o art. 42 da Lei n.º 11.343/2006, que preceitua: "[o] juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a

*natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente".*

Na hipótese, a quantidade e a natureza da droga apreendida, juntamente com os petrechos para o tráfico, e as circunstâncias em que o crime foi praticado podem justificar, em princípio, o regime prisional mais gravoso.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nas quais deverá constar, ainda, a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora